

**Série
Serviço Social**

ADEMIR ALVES DA SILVA
RAQUEL RAICHELIS
coordenadores

Construção de conhecimentos em Serviço Social: entre periferias, territorialidades, narrativas, experiências e cartografias

**Carola C. Arregui
Dirce Koga**
organizadoras



educ



Copyright © 2021 Carola C. Arregui e Dirce Koga. Foi feito o depósito legal.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfourri/PUC-SP

Construção de conhecimentos em serviço social : entre periferias, territorialidades, narrativas, experiências e cartografias / Carola C. Arregui ; Dirce Koga (orgs). - São Paulo : EDUC, 2021.

144 p. ; 24 cm - (Série serviço social)

Bibliografia.

Livro lançado em comemoração aos 50 anos do Serviço Social da PUC-SP e tem a Série serviço social coordenada por Ademir Alves da Silva e Raquel Raichelis.

ISBN 978-65-87387-61-1

1. Serviço social. 2. Serviço social - Pesquisa. 3. Assistentes sociais - Prática profissional. 4. Periferias. 5. Territorialidade humana. I. Arregui, Carola C. II. Koga, Dirce. III. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social Grupo de Pesquisas "Cidades e Territórios".

CDD 361.3

361.30071

361.0071

Bibliotecária: Carmen Prates Valls - CRB 8a. 556

EDUC – Editora da PUC-SP

Direção

José Luiz Goldfarb (até 28/2/2021)

Thiago Pacheco Ferreira (a partir de 1º/3/2021)

Produção Editorial

Sonia Montone

Preparação e Revisão

Simone Cere

Editoração Eletrônica

Waldir Alves

Gabriel Moraes

Capa

Gabriel Moraes

Imagem de Gerd Altmann por Pixabay

Administração e Vendas

Ronaldo Decicino

educ

Rua Monte Alegre, 984 – Sala S16

CEP 05014-901 – São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3670-8085 e 3670-8558

E-mail: educ@pucsp.br – Site: www.pucsp.br/educ

CARTOGRAFIAS ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL

Frederico Roman Ramos¹

Antônio Miguel Vieira Monteiro²

INTRODUÇÃO

Tendo como pano de fundo suas recentes pesquisas no campo da geotecnologia, sem abrir mão da crítica às cartografias, os autores deste artigo buscarão desvendar os caminhos de construção postos no processo de reconhecimento dos territórios pesquisados, bem como de suas dinâmicas nem sempre passíveis de captura pelas métricas propostas. Nesse sentido, as cartografias se movimentam na relação entre a visibilidade/invisibilidade das expressões concretas da realidade pesquisada, na busca por construir outras leituras sintetizadas na forma de métricas geoprocessadas.

Escrever este artigo em meio à pandemia de Covid-19 reforça a ideia de uma *realidade invisível*. A *invisibilidade*, nesse caso, é a característica mais ameaçadora. O vírus é para nós invisível. Com seus 100 nanômetros, para lhe dar visibilidade, necessitamos ampliar nossa visão com o uso de microscópios sofisticados. Mas há também uma *invisibilidade macroscópica* do vírus. Ela decorre da existência de infectados assintomáticos que atuam como vetores de disseminação da doença. Isso dificulta o reconhecimento de indivíduos transmissores e a compreensão dos efeitos da interação entre indivíduos na evolução da pandemia.

Essa *invisibilidade*, de outra ordem, requer outras formas de observação. Requer, por exemplo, um sistema de coleta de exames laboratoriais e plataformas de análise de dados. Na superação dessa *invisibilidade macroscópica*, diferentemente

1. Pesquisador do Centro de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getúlio Vargas – FGV e do Centre for Urban Studies at the University of Amsterdam.

2. Pesquisador Sênior da Divisão de Processamento de Imagens do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe e Coordenador do Laboratório de investigação em Sistemas Socioambientais – LiSS.

do sequenciamento do código genético realizado em escala nanométrica, padrões de contágio, morbidade e mortalidade são analisados em escala populacional e sobre territórios definidos. Muitas dessas análises utilizam ferramentas que compõem mapas e cartogramas na representação do fenômeno. Duas *invisibilidades* intrínsecas ao mesmo processo, uma microscópica e outra macroscópica.

Portanto, para atacar o problema, a pandemia neste caso, é preciso trazer à luz essas duas fontes envolvidas no processo de adoecimento. Cuidando de uma sem olhar para a outra, alguma *invisibilidade* persiste. Essa situação de persistência de ocultamento de informação relevante para o desenho de medidas de controle e proteção não é um bom guia para que possamos sair da crise sanitária.

FORÇAS INVISÍVEIS: INTENÇÃO MOBILIZADORA E INOVAÇÃO METODOLÓGICA

Além da perspectiva do indivíduo assintomático, há uma manifestação coletiva e territorial da *invisibilidade macroscópica* da pandemia da Covid-19. Ela se manifesta quando observamos as diferenças entre os percentuais de infectados entre os diferentes grupos populacionais, como aquelas reveladas no Projeto SoroEpi MSP (2020), que realizou estudo transversal no Município de São Paulo durante a pandemia.

O estudo demonstrou que, entre os dias 15 e 24 de junho de 2020, a soroprevalência média foi 2,5 vezes maior nos distritos com a metade mais pobre da população (16% *versus* 6,5%), que foi 4,5 vezes maior nos indivíduos que não completaram o ensino fundamental quando comparada com os que terminaram o ensino superior (22,9% *versus* 5,1%), que foi 2,5 vezes maior nos participantes que se identificam como pretos do que nos brancos (19,7% *versus* 7,9%) e que aqueles que vivem em habitações com 5 ou mais indivíduos apresentam uma soroprevalência quase 2 vezes maior do que aqueles que habitam com 1 ou 2 indivíduos (15,8% *versus* 8,1%).

São conjuntos de processos, *forças invisíveis* aos nossos olhos, que desenham essas distinções na distribuição da doença, de suas consequências e também na capacidade de resposta de cada grupo em seus territórios. Essas forças conformam **campos** de *vulnerabilidades e oportunidades* em torno dos indivíduos, das famílias e de seus territórios de vida. Esses **campos** são constituídos pelas **interdependências**

sociais, econômicas, ecológicas e as **assimetrias individuais e coletivas** que marcam os espaços habitados, *território usado* na concepção de Milton Santos (1997, 2002).

Eles são definidos no *espaço* e no *tempo*, e suas configurações são, em última análise, determinantes das efetivas condições de existência do indivíduo em sociedade, da capacidade fisiológica essencial de sobrevivência à realização plena das potencialidades individuais e coletivas. Aqui, a conceitualização de **campo** dá conta dos efeitos *espacialmente constituídos*, como as *proximidades, afastamentos, concentrações e sobreposições* que incidem sobre as *redes de interação e interdependência*.

A atuação simultânea desses **campos** de *vulnerabilidade e oportunidades* configura e desconfigura os **territórios da existência cotidiana, para os quais precisamos desconstruir as estratégias de invisibilidade macroscópica com as quais convivem**. Assim, os **territórios de vida**, ou *territórios praticados* na concepção de Ana Clara Torres Ribeiro (2003, 2005), são *causa e consequência* da espaço-temporalidade de interdependências sociais e de suas assimetrias características.

Há uma *imaterialidade* inerente ao território, uma *realidade invisível*, mas macroscópica que provoca a pesquisa e construção do conhecimento na superação de sua invisibilidade. Essa superação favorece sua inserção como elemento articulador dos diversos recortes disciplinares que observam os processos sociais, abrindo caminhos para novas possibilidades representacionais.

A realização dessa perspectiva requer, entretanto, duas precondições essenciais. A primeira é a existência de uma **intenção mobilizadora**, uma força motriz que move e põe em marcha a rede necessária para o desenvolvimento (e o uso) da representação. Assim como na ação de vigilância epidemiológica, a mensuração dos diferentes *campos de interação e assimetria* requer a mobilização de uma rede de ação coordenada. Essa intenção nasce quando se reconhece o *território* como um fator elementar na determinação das condições de vida de indivíduos e grupos sociais, posicionando-o como *fator ativo* nas possibilidades de transformação da realidade. É, portanto, a partir dele que a formulação de estratégias de atuação de políticas públicas alcança eficácia. Sem essa intenção mobilizadora, esses processos permanecem *invisíveis*, passam despercebidos e naturalizam-se.

A segunda precondição fundamental é a inovação nos **métodos e ferramentas** capazes de *revelar as interdependências e assimetrias macroscópicas, porém invisíveis*. Instrumentos de observação que revelem os *campos espaço-temporais* que participam na produção e reprodução desses territórios. Isso operacionaliza sua análise e cria condições para disseminação de algumas de suas dimensões através

de representações territoriais que se constituem como novas cartografias do espaço habitado. Alcança-se aí a consecução do potencial transformador. Sem a efetivação dessas precondições, a *invisibilidade* persistirá.

Essas duas precondições sempre estiveram presentes na linha histórica dos trabalhos de *construção de métricas sociais intraurbanas*, originados na *força criadora, mobilizadora e na práxis da* Profa. Aldaíza Sposati³ e dos muitos projetos/trabalhos coordenados por ela ao longo de muitos anos (1996, 2000, 2006). Os resultados, tristemente, revelam que nos territórios da cidade de São Paulo, as *desigualdades* persistem, são estruturais. Em 2017, Sposati concluía que os três Mapas da Exclusão/Inclusão Social (Meis) construídos a partir dos censos de 1991, 2000 e 2010 demonstraram que “os avanços na inclusão social foram quase insignificantes e bem menores do que seria esperável, ainda mais quando se considera que grande parte do período estudado foi marcada por políticas de distribuição de renda e combate à pobreza” (Sposati et al., 2017, p.118).

O primeiro estudo, iniciado em 1994 para a cidade de São Paulo, foi totalmente inovador, ao propor e desenvolver um conjunto de métricas que permitiam a observação dos territórios intraurbanos e a comparação das diferenças existentes entre os **campos** de *oportunidade e vulnerabilidades* que compunham os diferentes territórios das cidades. Naquele momento descrevia, também de forma inovadora, uma perspectiva *relacional* para medir e apresentar a situação de Exclusão e Inclusão social nos diferentes ‘pedaços’ da imensa e complexa cidade de São Paulo. Uma rede acadêmica foi mobilizada, em conjunto com uma rede popular baseada em organizações da sociedade civil, para trazer à luz uma São Paulo complexa e desigual.⁴

De 1994 para os dias de hoje, a Profa. Aldaíza nunca parou de nos surpreender. Provocou a muitos outros e a nós, em particular, para que pensássemos em

3. Aldaíza Sposati faz parte do corpo docente da PUC-SP desde 1972. Pós-doutora pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, sob supervisão de Boaventura Souza Santos (1992). Professora titular do corpo permanente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social – Nepsas. Mestre e doutora em Serviço Social pela PUC-SP.

4. “Em novembro de 1994, o Fórum da Assistência Social da Cidade de São Paulo, as Equipes Arquidiocesana e Diocesana da Campanha da Fraternidade, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida/SP, o Núcleo de Estudos de Seguridade e Assistência Social - PUC/SP, o Cedec e a Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos deram início ao processo de construção do ‘Mapa da Exclusão Social da Cidade de São Paulo’. O ‘Mapa’ foi apresentado à sociedade em Ato Público no dia 7 de dezembro de 1994, sob a forma de um jornal.”

(<http://www.cedec.org.br/pesquisas/detalhes/idg/27/id/235>)

desenvolver métricas calculadas em diferentes escalas e que permitiriam a observação de *padrões espaciais*, antes encobertos pelos valores médios das estatísticas agregadas. A **intenção mobilizadora** foi sempre *romper a invisibilidade* e criar ferramentas de observação de modo a revelar as assimetrias multidimensionais existentes nos territórios e o reconhecimento do seu potencial transformador.

A capacidade transformadora do trabalho da Profa. Aldaíza está presente na possibilidade de formulação de *heterotopias* como as propostas por Boaventura Sousa Santos. Segundo Sposati (2001, p. 8),

A construção democrática não invoca a homogeneidade. Mais do que isso, uma sociedade de desigualdades, como é a brasileira, supõe múltiplos modos de viver e construir a realidade...Isto não pode significar a naturalização das desigualdades mas a certeza de que é preciso, objetivamente, conhecer a dimensão das desigualdades e as culturas que as geram para poder perpetuar-se, como é o caso brasileiro.

Esta é a **intenção mobilizadora**. Contribuir para o debate político ao revelar as assimetrias existentes nos *territórios praticados*. E fazer isso a partir do debate público, evitando a adoção de parâmetros ou limiares mínimos definidos *a priori* a partir de realidades muitas vezes distantes das vividas nos territórios das cidades. A metodologia propunha e realizava disseminação do conhecimento em atos coletivos, apresentação dos resultados em reuniões organizadas a partir das associações de bairros, moradores, paróquias, etc., realizadas nos *territórios da vida cotidiana*. Nessas mesmas reuniões pactuavam-se padrões de referência para as métricas sociais. Pois, como nos ensina Vera Telles (2003, p. 3):

Porém, não se trata, longe disso, de um ato de soberania técnico-científica dos estatísticos. A rigor, trata-se de um processo mais amplo de “construção social da realidade” e que passa por um conjunto de mediações sociais, políticas, técnicas e institucionais pelas quais coisas e eventos vão sendo nomeados, ganhando o estatuto de realidades sociais reconhecidas como tais.

Essas experiências estabeleceram um caminho de aprendizado de mão dupla. Por um lado, estabeleciam um canal direto para a disseminação de um conhecimento que estimulava o posicionamento crítico a partir do território, revelando as múltiplas assimetrias em perspectiva comparada. Por outro, as discussões nascidas desse conhecimento estimulavam *histórias de vida*, trajetórias, que revelavam

interdependências presentes no território que ressignificavam as métricas de exclusão/inclusão social, iluminando os elementos dos **campos** de *oportunidades e vulnerabilidades* antes obscurecidos.

É preciso resgatar aqui as inovações metodológicas que a Profa. Aldaíza forjou com suas parcerias em fim dos anos 1990 com o **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe**, ao propor utilização de ferramentas geocomputacionais na análise e na disseminação dos resultados. Através dessas ferramentas, explorou e deu *visibilidade* às assimetrias territoriais persistentes na cidade. Incentivou a criação de protocolos de novas técnicas geoestatísticas para a visualização de padrões de tendências espaciais e análise da interferência das escalas nos dados analisados (Câmara et al., 2004).

De certa forma, naqueles anos, “inventou” uma *ferramenta difícil* usando a acepção empregada por Sennet⁵ (2008, p. 195) e revolucionou silenciosamente, a partir de São Paulo, a maneira como produziríamos indicadores sociais de base territorial no campo da Assistência e Proteção Social no Brasil. Com essas ferramentas, algumas dimensões da *realidade invisível* e a opacidade do corpo humano nos *espaços habitados* de São Paulo ganharam novos mecanismos para sua revelação.

GEOTECNOLOGIAS EM ESTUDOS TERRITORIAIS: FLUXOS, MULTIESCALAS E TERRITORIALIDADES

A perspectiva que Sennet adota na análise do papel das ferramentas é apropriada para a discussão sobre as possibilidades atuais de utilização de geotecnologias em estudos territoriais. Relevante, sobretudo quando explora os processos de cooperação e aprendizagem que se formam em torno delas. No capítulo denominado “The Great Unsettling”, Sennet (2012) discute como as novas ferramentas de medição geográfica transformaram a cartografia num momento em que o mundo era marcado por grandes inquietudes e transformações. Na era de ouro das navegações, formaram-se magníficas mapotecas guardadas a sete chaves nos centros de controle das metrópoles.

5. Para Sennet, as *ferramentas difíceis* são aquelas que simplesmente não são boas ou suficiente, ou que funcionam bem, mas as pessoas têm dificuldades em aprender a usá-las. Sennet se refere ao período em que os primeiros telescópios, microscópios e bisturis foram inventados, e a como, apesar das limitações características e das dificuldades de manipulação desses primeiros instrumentos, essas invenções foram disruptivas e transformaram o conhecimento de forma surpreendente.

O conhecimento necessário para realizar tais medições topográficas era transmitido em um novo tipo de oficina, laboratórios técnicos que inovaram profundamente a forma como a cooperação se dava. Sem esse novo arranjo, o conhecimento técnico para manipulação das ferramentas não era suficientemente disseminado, inviabilizando que novos aventureiros se lançassem ao desconhecido na busca por literalmente expandir as fronteiras do conhecimento.

Hoje, na segunda década do século XXI, é instigante ver os novos tipos de cooperação e aprendizagem que a internet propicia e imaginar as possibilidades à frente. A revolução digital vem transformando a forma como novas ferramentas são criadas e compartilhadas. Rapidamente, a imagem do analista especialista manipulando seus dados isoladamente vem sendo substituída por outra, onde milhares de especialistas interagem em escala planetária instantaneamente compartilhando dados, códigos e resultados. Como colocado por Batty (2013, p. xix),

as novas formas de comunicação que estão transformando nossas cidades estão abrindo seus segredos na forma de enormes bases de dados, propiciando-nos oportunidades para análise e modelagem muito distintas daquelas disponíveis em tempos anteriores.

Após décadas de desenvolvimentos vertiginosos, as geotecnologias alcançaram um patamar em que se pode efetivamente realizar o que apenas os livros mais inventivos de ficção científica vislumbravam décadas atrás. Da mesma maneira que essas evoluções disruptivas redesenharam o mundo em momentos passados, elas também têm um potencial transformador na maneira como estudamos os *territórios*.

Não podemos negar esse futuro, mas precisamos entrar nele refletindo, de maneira crítica, como pode se dar seu estabelecimento em territórios de *urbanização incompleta* (Santos, 1971; 1998). Para isso, uma perspectiva mobilizadora nos é apontada por Feitosa (2020, p. 5), que finaliza sua reflexão nos afirmando:

É fundamental, portanto, um debate sobre o papel dos levantamentos tradicionais na era do *big data* e *urban analytics*. [...] Não se pode admitir que o entusiasmo com o *big data* subsidie discursos e ações que depreciam e degeneram a produção de dados sobre o país. Movimentos nessa direção atendem apenas a interesses de governos autoritários, avessos à transparência, para os quais dados sobre a realidade do país não passam de um inconveniente.

A maneira como evoluirão as novas ferramentas de análise territorial dependerá da **intenção mobilizadora** de que falávamos anteriormente. Sem ela, a

invenção não será colocada em marcha. Portanto, cabe aqui refletirmos sobre as situações atuais de emergência e para as quais nossas atuais ferramentas de observação ainda não são adequadas.

A crise dos modelos hegemônicos que já era discutida em diversos estudos e disciplinas foi agora desnudada de forma violenta pela crise pandêmica. As referências no campo do urbanismo pós-colonial são relevantes ao apontar a necessidade de novas *tipologias de territorialidades*. Esses estudos apontam para o esgotamento da capacidade que esses modelos têm para explicar as complexidades das formas territoriais de um mundo cada vez mais urbanizado (Robinson, 2006; Brenner e Schmid, 2015; Schmid et al., 2018; Roy, 2009; Monte Mór, 2005).

Como anunciou Thomas Khun (2013) em sua reflexão sobre as revoluções científicas, talvez hoje a ciência normal não seja suficiente para explicar a realidade e *novos paradigmas* sejam necessários no estudo do território. A metáfora do Mundo Líquido de Bauman (2001) quiçá seja a que melhor represente a natureza das ferramentas de observação que precisam ser desenvolvidas na pesquisa territorial. Um mundo marcado pela *incerteza, transitoriedade e imaterialidade*, onde a *dinâmica*, de sistemas nem sempre em equilíbrio, prevalece sobre *estabilidade*.

As assimetrias e interdependências que configuram os territórios num mundo líquido permanecerão *invisíveis* se a representação não der conta da *dimensão relacional* que é em si a própria essência do conceito. Assim, as sínteses necessárias são aquelas em que as *localizações* são compreendidas como *resultados de interações*, e não a partir de sua noção absoluta. Os *fluxos*, as *redes*, as *dinâmicas* prevalecem na análise. O espaço de representação precisa ser multiescalar para dar conta das reverberações que efeitos globais têm nos processos locais e vice-versa.

A pandemia nos dá hoje o exemplo mais concreto do *continuum* micro-macro dos processos sociais em ação. O aquecimento global, as cadeias de produção e consumo, as redes sociais e a financeirização dos mercados de terra são também exemplos de processos globais que configuram os territórios alterando decisivamente os **campos** de *vulnerabilidades e oportunidades* locais que os caracterizam. Como Batty (2013) bem coloca, é preciso um *novo paradigma* em que *interações* são mais importantes que *localizações*.

Cabe aqui, no desafio de observação deste espaço relacional, retomar o conceito de *ferramentas difíceis* como propõe Sennett. A análise dos *campos de interação e interdependência* requer a capacidade da representação de fluxos simultâneos, multidimensionais e multiescalares. Novas formas de materialização desses fluxos

são imprescindíveis para que seja superada a invisibilidade inerente aos processos sociais que eles engendram. Trata-se, portanto, de viabilizar ferramentas que permitam operacionalizar sua análise e fomentar as redes de cooperação ao redor delas.

Assim como o telescópio permitiu a disseminação de uma concepção cosmológica universal, a possibilidade de observação dos *campos de interdependência social* e de seus *fluxos* constituintes revelará processos hoje negligenciados na construção do conhecimento. Ignorados simplesmente porque permanecem *invisíveis* e, assim, naturalizam-se.

Além dos fluxos evidentes, dos movimentos das pessoas, das vidas e mercadorias, há outros determinando os **campos** de *oportunidades e vulnerabilidades* que são menos explícitos e que desafiam a representação. Tome-se como exemplo os fluxos de interação digitais. Ao mesmo tempo que precisamos avançar as possibilidades de representações, novas variáveis aparecem e vão se construindo com imensa importância dentro de uma *matriz de oportunidade* que traz as *trajetórias* que são *portadoras de futuro* e que, desde já, exclui de si uma boa parcela das famílias.

Aqui, novamente, a pandemia desvela as desigualdades antes ocultas, já que um dos elementos cruciais, que determina a capacidade de resposta aos efeitos colaterais das estratégias de controle e contenção da doença, é um bom *acesso* à internet. Muitos estudantes veem seus *campos de oportunidade* serem reduzidos pelo fato de não terem *acesso* a um bom “sinal”.

Essas diferenças estão marcadas nos diferentes territórios das cidades e determinam realidades concretas de situação de vida nesses lugares. Nas periferias das grandes cidades, em áreas de baixa densidade de ocupação, espaços onde a *ruralidade* é forte, nas infraestruturas da educação, da saúde e da proteção, este novo abismo, o *abismo digital*, mostra sua face. Na educação, por exemplo, o *abismo* começa nas condições da escola, nas condições do professor e, na ponta, nas condições da família e do domicílio, para um conteúdo que não seja presencial, amplificando, em muito, o que já era ruim. Novamente as assimetrias vão determinando os *campos de interdependência* possíveis nos diferentes territórios das cidades.

O velho quadro do *acúmulo de desvantagens* se agrava. Sem ainda resolver os problemas das redes de infraestrutura de bens básicos de consumo coletivo, como esgoto, água, já acumulamos o problema das *novas redes*, sem as quais o *acesso* à *matriz de oportunidades*, onde estão as *trajetórias portadoras de futuro*, é impossível! A *invenção* das novas ferramentas será colocada em marcha quando a **intenção mobilizadora** se cristalizar, ou seja, quando houver o reconhecimento de que, *persistindo a invisibilidade dos campos de interação*, não haverá espaço para heterotopias.

HORIZONTES VISÍVEIS

Os caminhos promissores para a realização das ferramentas representacionais de *campos de interação* hoje estão dados nos campos *teóricos e metodológicos*. No campo teórico, estão estabelecidos nas concepções que consideram a natureza multidimensional, pluridisciplinar portanto e complexa desses processos. Incluem-se as formulações que compreendem que as interações entre indivíduos são regidas por motivações mais complexas do que as simples realizações egocentradas de interesses, de que os processos de decisão são influenciados por efeitos individuais e coletivos, endógenos e exógenos. Para esse aspecto, um conjunto teórico que vem do campo das *ciências da complexidade*, discutido em um contexto de análise nas ciências sociais, pode nos ajudar a estabelecer, senão uma linguagem comum, uma orientação para tratar com *processos de interação e interdependência social*.

Se não nos colocamos em extremos, podemos avançar. Não precisamos ficar entre (i) a negação da possibilidade de alguma inovação para a leitura socioterritorial a partir da perspectiva analítica que se apoia nos métodos de estudo para explorar *sistemas complexos* (Stewart, 2001) ou (ii) a aceitação completa de que esta é a única possibilidade (Lane et al., 2009). Como reconhece Page (2005, p. 38) para o campo da Sociologia,

A ciência da complexidade, embora longe de ser completa, oferece um amplo e crescente conjunto de modelos e idéias úteis. [...] Ao envolver e aplicar um conjunto mais rico de modelos, os sociólogos expandem o conjunto de lentes através do qual vêem o mundo social e melhoram a disciplina.

Podemos trocar sociólogos por urbanistas, geógrafos, assistentes sociais, historiadores, antropólogos, e muitos outros.

No campo metodológico, com as possibilidades presentes na oferta massiva de dados, nos novos métodos de análise estatística e *ad hoc* computacionais, na capacidade de processamento que temos nos sistemas atuais e na existência das plataformas de colaboração e comunicação abertas e inclusivas capazes de criar *comunidades de uso, coletivos*, locais, regionais e/ou globais de colaboração, algumas *novas cartografias* que revelem *dimensões não visíveis* desses *campos de interação e interdependências* podem se tornar viáveis se nos dispusermos a visitar, sem medo de reducionismos e sem preconceito analítico, o campo metodológico associado aos estudos da *complexidade*.

Mas como no velho e bom *Mapa da Exclusão/Inclusão de São Paulo*, lá de 1994, novamente a **mobilização** dessas *potencialidades analíticas* só se transformará

em *potência*, em força motriz para a mudança, se a **intenção mobilizadora** estiver presente e se realizar. Se houver um projeto que reconheça a *potência transformadora dos territórios de vida* perante os desafios do século XXI. Um século agora oficialmente inaugurado com a pandemia e com muitas incertezas à frente. A nós cabe, de certa forma e de maneira muito livremente interpretada aqui, ouvir os conselhos de Krishna a Arjuna, antes da grande batalha que este tinha à frente. Esses conselhos são contados no *Bhagavad Gita*⁶, aqui queremos recuperar um elemento que nos parece essencial. Arjuna entendeu que a guerra estava ganha, porque era uma batalha justa contra o egoísmo e as desvirtudes, mas, para isso, seria ainda mais necessário lutar.

REFERÊNCIAS

- BATTY, Michael (2013). *The new science of cities*. Cambridge, MIT Press. 496p.
- BAUMAN, Zygmunt (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, Zahar. 280p.
- BRENNER, Neil e SCHMID, Christian (2015). Towards a new epistemology of the urban? *City*, v. 19, p.151-182.
- CÂMARA, Gilberto et al. (2004). *Mapping Social Exclusion/Inclusion in Developing Countries: Social Dynamics of São Paulo in the 90's*. In: GOODCHILD, Michael e JANELLE, Dan. (orgs.). *Spatially Integrated Social Science: Examples in Best Practice*. New York, v. 1, p. 223-237.
- FEITOSA, Flávia F. (2020). Big Data e Urban Analytics à brasileira: questões inerentes a um país profundamente desigual. *Revista de Morfologia Urbana*, v. 8, n. 1, 30 jun.
- KHUN, Thomas (2013). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva.
- LANE, David et al. (eds.) (2009). *Complexity Perspectives in Innovation and Social Change*, Methodos Series 7, Springer.
- MONTE MÓR, Roberto L. (2005). What is the urban in the contemporary world? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 942-948. <https://doi.org/10.1177/0042098017739750>
- PAGE, Scott E. (2015). What Sociologists Should Know About Complexity. *Annual Review of Sociology*, v. 41, p. 21-41.

6. **Canção do Venerável: Bhagavad Gita**. Tradução do sânscrito por *Carlos Alberto Fonseca*, Ed. Globo, 2009, 232p.

- PROJETO SoroEpi MSP (2020). *Inquérito domiciliar para monitorar a soroprevalência da infecção pelo vírus SARS-CoV-2 em adultos no município de São Paulo*. Disponível em: <https://www.monitoramentocovid19.org/>. Acesso em: 5 jul. 2020.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres (2003). Pequena Reflexão sobre Categorias da Teoria Crítica do Espaço: Território Usado, Território Praticado. Capítulo 1. p. 29-43. In: Maria Adélia Aparecida de Souza (org.). *Território Brasileiro: usos e abusos*. Campinas, Edições Territorial Campinas.
- _____(2005). Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, Catia A. et al. *Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro, Arquimedes Edições.
- ROBINSON, Jennifer (2006). *Ordinary cities: Between Modernity and Development*. London, Routledge.
- ROY, Ananya (2009). The 21st century metropolis: New geographies of theory. *Regional Studies*, v. 43, n. 6, p. 819-830.
- SANTOS, Milton (1971). *Les villes du Tiers Monde*. Paris, Genin.
- _____(1977). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo, Hucitec, 1977.
- _____(1993). *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec.
- _____(2002). O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida.; SILVEIRA, Maria Laura. (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. 5 ed. São Paulo, Hucitec/Anpur.
- SENNETT, Richard (2008). *The Craftsman*. London, Penguin Books.
- _____(2012). *Together*. London, Yale University Press.
- SPOSATI, Aldaíza (1996). *Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo*. São Paulo, Educ Ed.
- _____(coord.). (2000). *Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo – 2000: Dinâmica Social dos Anos 90*. São Paulo, Nepsas – PUC/SP, Inpe/Programa de Pesquisa em Geoprocessamento, Polis.
- _____(2001). Movimentos utópicos na contemporaneidade: diálogo com Boaventura de Souza Santos. *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, v. 16, n.16, p. 5-43.
- _____(2006). A fluidez da inclusão/exclusão social. *Ciência e Cultura*, v. 58, p. 4-5.
- SPOSATI, Aldaíza e KOGA, Dirce (2013). *São Paulo: sentidos territoriais e políticas sociais*. São Paulo, Editora Senac.
- SPOSATI, Aldaíza et al. (orgs.) (2017). *Desigualdades nos territórios da cidade: métricas sociais intraurbanas em São Paulo*. São Paulo, EDUC. v. 1.
- SCHMID, Christian et al. (2018). Towards a new vocabulary of urbanisation processes: A comparative approach. *Urban Studies*, 2018, v. 55, n. 1, p. 19-52.

- STEWART, Peter (2001). Complexity Theories, Social Theory, and the Question of Social Complexity. *Philosophy of the Social Sciences*, v. 31, n. 3, september.
- TELLES, Vera S. (2003). Medindo coisas, produzindo fatos, construindo realidades sociais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE INDICADORES SOCIAIS PARA INCLUSÃO SOCIAL. São Paulo, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social do Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.